

REVISTA DA



# AMPERJ

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

agosto | setembro | outubro de 2022  
nº 30 | ano 10

ESPECIAL  
**Congresso**  
2022



## Amperj resgata tradição de Congressos do MP no Rio

Evento com 300 associados  
discute desafios da Era Digital

### Provas digitais

Cuidados com  
o excesso de  
informação

### Adolescentes

Justiça Restaurativa  
e vazamento de  
vídeos na internet

### Mulheres

Proteção mais  
eficaz contra a  
violência doméstica

AMPERJ



*Experimente a mais*  
**GRANDIOSA** *das*  
**CELEBRAÇÕES**

Vivencie o maior réveillon do mundo com momentos memoráveis na melhor vista de Copacabana.



[fairmontrio.com](http://fairmontrio.com)



[copacabana.reservations@fairmont.com](mailto:copacabana.reservations@fairmont.com)



+55 21 2525.1232



@fairmontrio

*Fairmont*  
RIO DE JANEIRO COPACABANA

## COLEGAS,

**F**oi com muito entusiasmo que realizamos nosso Congresso Estadual, celebrando a retomada definitiva dos encontros presenciais, após mais de dois anos de uma pandemia que atingiu o mundo e nos afastou da convivência diária.

Sabemos que a pandemia trouxe as reuniões virtuais em definitivo para as nossas vidas pessoal e profissional e, junto com elas, todo um arcabouço tecnológico que tomou conta de nossas atividades e permanecerá para sempre.

Apesar disso, nada melhor do que o olho no olho para termos um debate mais produtivo. Foi com a ideia de reaproximar os colegas e, ao mesmo tempo, tratar de temas que avançaram muito nos últimos dois anos, que formatamos um evento sobre “Os Desafios do Ministério Público Fluminense na Era Digital”.

Temas atuais e do dia a dia de nossas atuações, como promotores e procuradores de Justiça, estiveram presentes no Congresso, que contou com o entusiasmo do jovem Heleno Ribeiro Pereira Nunes Filho, que, como secretário-geral do evento, transformou o projeto em realidade.

Destacamos a experiência do diretor financeiro, Felipe Ribeiro, que angariou os recursos necessários com o patrocínio de instituições respeitadas e empresas das mais diversas áreas, além do inestimável apoio da Conamp e do MPRJ. Agradeço ainda a capacidade da diretora social, Gláucia Santana, que proporcionou momentos inesquecíveis nos dois coquetéis de confraternização, com o auxílio luxuoso do colega Carlos Bernardo Aarão Reis, na seleção dos vinhos e espumantes.

E pudemos contar com as ideias do diretor cultural, Rogerio Pacheco Alves, que formou a Comissão Científica com Heloisa Carpena Vieira de Mello, Marcos Moraes Fagundes e Pedro Borges Mourão Sá Tavares de Oliveira, responsáveis pela escolha dos temas, os convites aos expositores e pelo formato dos debates, que permitiram a troca de experiências entre os participantes e o aprofundamento de discussões relevantes para as ações dos membros do MP.

Agradecemos a todos os mediadores e debatedores, que emprestaram seu conhecimento nas suas respectivas áreas para abrilhantar as discussões. E também a toda a equipe de apoio, sem a qual a realização deste encontro seria impossível.

Com certeza, os quase 300 associados e convidados que participaram do Congresso da Amperj vão se lembrar deste evento para sempre. O sucesso é muito bom de ser saboreado, mas nos confere maior responsabilidade para a próxima empreitada.

Forte abraço,

## Os quase 300 associados que participaram do Congresso vão se lembrar do evento para sempre



*Cláudio H. C. Viana*

**Cláudio Henrique da Cruz Viana**

Presidente da Amperj



O Congresso da Amperj reuniu no Rio autoridades do Ministério Público estadual e nacional

## Caro leitor,

Este trimestre foi marcado pelo renovado Congresso da Amperj, em setembro, que reuniu mais de 300 membros do Ministério Público do Rio de Janeiro, convidados e acompanhantes no Hotel Fairmont Rio de Janeiro Copacabana. Diante da adesão dos colegas e do sucesso do evento, dedicamos esta edição da Revista da Amperj ao Congresso, lembrando os momentos e as mesas mais significativos.

Trata-se também da retomada de uma tradição do Rio de Janeiro de promover esse tipo de colóquio para debater os principais temas do Ministério Público. Foi precisamente em um desses congressos, no fim da década de 1960, em Teresópolis (RJ), que foi assinada a primeira Carta de Princípios que deu origem à então Caemp (Confederação das Associações Estaduais do Ministério Público) – só em 1992 o nome mudaria para o atual, Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público).

A Amperj escolheu um tema atual, “Os desafios do Ministério Público na Era Digital”, e convidou para as mesas especialistas da própria instituição acompanhados de experts do mercado ou do setor público em cada área. Foi assim para tratar de provas digitais, medidas protetivas e violência contra a mulher, proteção de dados e Justiça Restaurativa. A Amperj trouxe representantes das áreas de Saneamento Básico, fraudes em combustíveis, criação de microempresas, entre outros assuntos discutidos nos dois dias de muitos painéis. O modelo de discussões informais facilitou o diálogo e a participação das pessoas da mesa e do público, provocando um ambiente de rica troca de informações.

A Amperj fez uma homenagem ao Gaeco (Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado) do MPRJ pelos relevantes serviços prestados, atuando de forma corajosa e isenta em prol dos interesses da sociedade fluminense.

Em Amperj em Ação, mostramos outras ações relevantes da Associação no período, além de destacarmos na seção “Em foco” (pgs. 6 e 7) a posse dos 25 novos promotores de Justiça do Rio de Janeiro, no fim de setembro. A revista traz ainda uma página dedicada aos vinhos espanhóis Cava (pg. 25), servidos na confraternização final do Congresso, e aos livros (pg.26) de membros do MP ou sobre Direito lançados recentemente.

**RAPHAEL GOMIDE**

### Diretoria Executiva

#### PRESIDENTE

**Cláudio Henrique da Cruz Viana**

#### VICE-PRESIDENTE

**Dennis Aceti Brasil Ferreira**

#### SECRETÁRIA-GERAL

**Claudia Maria Macedo**

**Perlingeiro dos Santos**

#### DIRETOR FINANCEIRO

**Felipe Barbosa**

**Freitas Ribeiro**

#### DIRETOR CULTURAL

**Rogério Pacheco Alves**

#### DIRETORA SOCIAL

**Gláucia Maria da**

**Costa Santana**

#### DIRETOR DE DEFESA DE DIREITOS E PRERROGATIVAS FUNCIONAIS

**Carlos Frederico**

**Saturnino de Oliveira**

#### DIRETORA ASSISTENCIAL E

#### DE ASSUNTOS RELATIVOS A

#### APOSENTADOS E PENSIONISTAS

**Déa Araujo de Azeredo**

#### DIRETOR DE ASSUNTOS

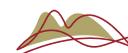
#### LEGISLATIVOS

**Alexandre Viana Schott**

#### DIRETOR DE ESPORTES

**Henrique Aragão**

**Carraro Bastos**



### REVISTA DA AMPERJ

**PRODUÇÃO** Corcovado

Comunicação Estratégica

**EDITOR** Raphael Gomide

**EDITOR-ADJUNTO** Lúcio Santos

**REDAÇÃO** Lúcio Santos, Yuri

Murta e Bruna Ximenes

**PROJETO GRÁFICO,**

**DIAGRAMAÇÃO E DESIGN**

Andréa Miranda

**CONTATO** amperj@amperj.org

**IMPRESSÃO** Gráfica Mec

**TIRAGEM** 2.000

# Sumário

agosto | setembro | outubro de 2022  
nº 30 | ano 10



**Mensagem do Presidente** 3

**Carta do editor** 4

**Em Foco** 6

**Amperj em Ação** 8

**Congresso da Amperj:**  
Desafios do MP  
na Era Digital 11

O perigo do excesso  
de provas digitais 13

Olhar humanizado  
para adolescentes 14

Privacidade em  
tempos atuais 15

Como impedir a violência  
contra as mulheres? 16

Combatendo fraudes  
de combustíveis 18

Desburocratizar  
para abrir empresas 19

O futuro do saneamento  
básico no Rio 20

Comamp faz reunião de  
presidentes no evento 21

Confraternização  
no Congresso 22

Emerson Garcia e a  
dignidade humana 24

**Cava, o espumante  
espanhol** 25

**Lançamentos de livros** 26





### Novos promotores de Justiça

Os 25 aprovados no 36º Concurso tomaram posse na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. O presidente da Amperj, Cláudio Henrique Viana, o procurador-geral de Justiça, Luciano Mattos, outras autoridades e familiares estiveram na cerimônia.



# Destaques da Amperj

Fique por dentro das novidades da Associação

por  
**YURI MURTA**



Antes da posse, grupo de promotores aprovados foi recebido em almoço na Amperj

## Visita dos novos promotores de Justiça

Os 25 aprovados no 36º Concurso do MPRJ visitaram a Amperj para comemorar e conhecer a Associação. Antes da posse, em 30 de setembro, os novos promotores de Justiça estiveram no restaurante da sede para um almoço de confraternização. O presidente, Cláudio Henrique Viana; o diretor financeiro, Felipe Ribeiro; a diretora social, Gláucia Santana; a procuradora de Justiça e presidente da Comissão do Concurso, Maria Cristina Telechea; e o promotor David Francisco de Faria deram as boas-vindas. Depois da posse, retornaram à Associação para conhecer as estruturas que não fazem parte do Ministério Público, mas estão ligadas aos membros da instituição, como a Amperj, a Camperj e a Jusprev.

## Prêmio Amperj de Literatura anuncia vencedores

O 1º Prêmio Amperj de Literatura anunciou os vencedores nas categorias Poesia e Conto. Todos os textos inscritos serão publicados em um livro impresso pela Associação e a premiação será em dezembro. Na categoria Poesia, os vencedores foram "A Derrota do Coronga", de Marlene Maria Espindola; "Cotidiano", de Cristina Maria Nogueira de Vasconcellos Costa; e "Apaga a Luz", de Cláudia Turner Pereira Duarte. Na categoria Conto, os ganhadores foram "Procrastinação", de Felipe Pires Cuesta; "Esfera", de Antonio Barro-meu Fernandez; e "O Sumiço do Papa", de Edilma Engels.

## Agenda do presidente

A agenda de agosto a outubro do presidente da Amperj, Cláudio Henrique Viana, contou com sua participação em reuniões da Conamp e do CNMP, em Brasília, e em eventos no Rio de Janeiro. Além do Congresso da Amperj, os destaques foram a visita de cortesia ao procurador-geral de Justiça em exercício, Antônio José Campos Moreira; a reunião com o secretário de Estado da Casa Civil, Nicola Miccione, para tratar da reabertura do prazo de migração previdenciária; a visita ao Instituto Pretos Novos; e a participação na reunião da Comissão Julgadora do Prêmio Inovare, representando o presidente da Conamp.



Cláudio Henrique visitou o procurador-geral de Justiça em exercício, Antônio José Campos Moreira

## Crianças do Lona na Lua agradecem as doações

O presidente da Amperj, Cláudio Henrique Viana, e o diretor financeiro, Felipe Ribeiro, receberam a visita do idealizador do Lona na Lua, Zeca Novais. Ele entregou uma caixa com cartas de agradecimento à Associação, escritas por crianças e adolescentes que participam de oficinas do projeto. O motivo foi o alcance antecipado da meta anual para doações dos associados, no valor de R\$ 36 mil. O Lona na Lua atende 485 crianças e adolescentes de Tanguá (RJ) em oficinas gratuitas de arte, circo, música e dança.



Associados usaram recursos do programa 'Você é o Gestor' pra fazer confraternizações

## 'Você é o gestor': Volta Redonda e Baixada Fluminense

As regionais de Volta Redonda e da Baixada Fluminense aproveitaram o projeto "Você é o gestor" para promover confraternizações. Em Volta Redonda, a reunião foi em um restaurante. Já os associados de Duque de Caxias e Nova Iguaçu optaram por um almoço no restaurante da Amperj. Cláudio Henrique Viana e Felipe Ribeiro estiveram presentes em ambos.

## Clube do Vinho tem adesão recorde

Em setembro, os associados da Amperj tiveram a oportunidade de conhecer os sabores, histórias e tradições dos vinhos elaborados com a uva Syrah/Shiraz. Mesmo com mau tempo, o público de 49 pessoas foi recorde em eventos promovidos pelo Clube do Vinho da Associação. O promotor Carlos Bernardo Aarão Reis fez uma palestra sobre as principais regiões francesas e australianas nas quais os vinhos com as uvas Syrah (França) e Shiraz (Austrália) se destacam.



Evento de setembro do Clube do Vinho teve público recorde

## Felipe Ribeiro publica artigo na Folha

O diretor financeiro da Amperj, Felipe Ribeiro, publicou em agosto, no site da Folha de S. Paulo, o artigo "No Direito Brasileiro, Tudo É uma Questão de Princípios", no qual critica o abuso na utilização de princípios pelo Poder Judiciário. O artigo foi publicado no prestigiado blog do jornalista Frederico Vasconcelos, especializado na área jurídica. Felipe afirma em seu artigo que "não há Direito sem coerência. O apego excessivo à moral do intérprete e o desapego na mesma proporção às regras jurídicas vão retirando aos poucos do Direito brasileiro a sua integridade".

# Cartório já emite carteiras de identidade e habilitação

O 15º Ofício de Notas do Rio iniciou a emissão da segunda via e renovação dos documentos de identidade e Carteira Nacional de Habilitação (CNH), sem a necessidade de agendamento. Registros de intenção e comunicação de venda de veículos também podem ser realizados diretamente no tabelionato. A novidade chega para desburocratizar e, principalmente, desafogar o Detran RJ, que tem acumulado demandas neste sentido.

Os documentos necessários para os serviços de CNH no cartório são: DUDA (pago e compensado), documento oficial de identificação com foto e comprovante de residência. Já a 2ª via do RG é preciso levar, além do DUDA pago, original ou cópia autenticada, conforme a condição do requerente: Certidão de Nascimento (brasileiros solteiros); Certidão de Casamento (brasileiros casados); Certidão de Naturalização (brasileiros naturalizados) ou Certificado de Igualdade de direitos e obrigações (Portugueses).

É possível a inclusão de outros dados, tais como o número do CPF, PIS/PASEP, título de eleitor, CNH, etc. devendo-se apresentar original e cópia, ou cópia autenticada, dos respectivos documentos. O prazo para emissão são os mesmos do Detran-RJ, sendo cobrada uma taxa de conveniência de R\$ 48,54.



*"Essa é mais uma novidade que chega para facilitar e desburocratizar a vida do cidadão fluminense, já que o agendamento prévio para dar entrada na documentação não se faz necessário e, agora, estes serviços podem ser realizados diretamente no cartório."*

Michelle Novaes, substituta legal e CEO do 15º Ofício de Notas



# Tradição retomada

Debates sobre os desafios da Era Digital reúnem cerca de 300 associados

por  
LÚCIO SANTOS e RAPHAEL GOMIDE

O 1º Congresso da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro reuniu cerca de 300 associados, em 15 e 16 de setembro, no Hotel Fairmont, em Copacabana. Promotores e Procuradores de Justiça do MPRJ debateram com os colegas o tema e casos concretos que vêm desafiando o MP fluminense nesta Era Digital, retomando uma tradição da Amperj e do MP fluminense de promover fóruns de discussão nacionais de grande interesse para a classe.

O presidente da Amperj, Cláudio Henrique Viana, afirmou na abertura que é preciso levar em consideração como as inovações vão repercutir no dia a dia das pessoas. “A inércia ou demora fará com que as consequências indesejadas caiam sobre nós.”

Manoel Murrieta, presidente da Conamp, agradeceu a organização do evento e a oportunidade de discussões entre membros da categoria. “O Ministério Público brasileiro não

Com o Congresso, Amperj retomou tradição de discussões relevantes sobre o MP no Rio



O jornalista Caco Barcelos fez a palestra de abertura do evento: “Reportagem como Ferramenta de Combate a Fake News”

teria essa formação se não fosse o movimento classista”, disse.

A palestra inaugural foi proferida pelo jornalista e escritor Caco Barcelos, sobre “A Reportagem como Ferramenta de Combate a Fake News”, e, no encerramento, o promotor Emerson Garcia tratou da dignidade da pessoa humana.

## Homenagem ao Gaeco

Cláudio Henrique fechou o evento com uma homenagem aos integrantes do Gaeco (Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado do MPRJ) pelos relevantes serviços prestados ao Ministério Público, atuando de forma corajosa e isenta em prol dos interesses da sociedade fluminense.

“Pelo grupo do Gaeco já passaram mais de 200 colegas, ao longo da jornada. É um revezamento. Muitos deles não estão afastados de seu órgão de execução, e esta dedicação, competência e vontade de trabalhar pelo Ministério Público transcendem o cumprimento da mera obrigação. São colegas que fazem mais pela instituição. Temos muitos, mas neste momento queremos

fazer o reconhecimento a esses colegas pela dedicação e dizer que vocês são um orgulho para todos nós do Ministério Público e que temos muita confiança no trabalho de vocês”, afirmou Cláudio Henrique, ao entregar uma placa de Moção de Reconhecimento.

Os debates foram mediados por promotores e procuradores do MPRJ, com um formato mais dinâmico para permitir a troca de experiências. A Comissão Científica, coordenada pelo diretor cultural Rogerio Pacheco Alves, escolheu temas atuais — novas tecnologias, proteção de dados, provas digitais, violação dos direitos de crianças e adolescentes na internet e violência doméstica contra as mulheres.

Também houve debates sobre assuntos cruciais da sociedade, como combustíveis, sonegação fiscal e organizações criminosas; desburocratização das micro e pequenas empresas; e o novo marco legal do saneamento. Para o presidente da Amperj, “foram momentos importantes de reflexão, de diálogo e também de amadurecimento sobre a atuação do Ministério Público em áreas prioritárias”. ■

### Apoio



### Patrocínio





## Volume das provas digitais é o principal desafio para promotores

Quantidade brutal de dados pode levar à incapacidade de análise a tempo e resultar em absolvição

por  
**LÚCIO SANTOS**

**U**m dos principais desafios dos promotores de Justiça é o grande volume de dados disponibilizado pelas provas digitais. Para não ser soterrado por uma avalanche de informações impossíveis de serem analisadas a tempo e de forma adequada, é preciso restringir a investigação.

A mesa temática “Investigação Criminal: Análise do Contexto do Uso de Provas Digitais” contou com a participação dos promotores de Justiça Pedro Mourão e Sauvei Lai e do delegado da Polícia Civil Henrique Damasceno. O debate tratou das novas tecnologias e

ferramentas investigatórias usadas pela polícia e pelo Ministério Público nas apurações criminais.

Segundo Mourão, “o que era a interceptação telefônica, hoje é a nuvem”. Ele lembrou que os usuários frequentemente são descuidados na proteção dessas informações, inclusive com as mensagens via WhatsApp, que são criptografadas no ponta a ponta, mas não no backup.

Sauvei Lai disse que “a maior dificuldade das provas digitais é a volumetria”. Ele citou casos em que a enorme quantidade de dados arrecadada leva à incapacidade do MP de analisar os dados em tempo razoável, o que já vem resultando em absolvição de suspeitos.

Para Sauvei, é preciso restringir a investigação a um tempo menor para que o excesso de informação não a inviabilize. “Cedo ou tarde, a defesa vai conseguir anular as provas digitais se não entendermos a cadeia de custódia da prova digital e se não nos prepararmos para esse desafio. Vamos sofrer uma grande perda.”

O delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro Henrique Damasceno afirmou que “os telefones são o maior recurso nas investigações, porque têm um papel muito maior na vida das pessoas do que ligações de voz”. Uma das provas hoje muito usadas pela polícia são informações do iFood, que têm servido como demonstração de endereço.

Ele também citou o software Cellebrite, que consegue garantir a integridade das provas. “Mas é preciso que se verifique se há necessidade desse tipo de prova, que demanda tempo e profissionais experientes. Uma análise mal feita de provas digitais é muito perigosa. Existem lacunas que precisam ser preenchidas com depoimentos e outras provas”, afirmou. ■

**Mourão, Sauvei e Damasceno debateram estratégias para obter e não perder provas digitais**



Rosana Cipriano (E), Roberta Rosa e Fernanda Sodré defenderam visão holística de casos complexos com crianças e adolescentes

## Um olhar mais humanizado para os adolescentes

Promotoras falaram sobre Justiça Restaurativa, violência institucional e violação de direitos de crianças e adolescentes na internet

por  
**LÚCIO SANTOS**

**O**s adolescentes foram o tema da mesa “Violação dos Direitos de Crianças e Adolescentes na Internet e Justiça Restaurativa no Sistema Socioeducativo”. As promotoras de Justiça que participaram do debate, sob a mediação do procurador Marcos Fagundes, defenderam um olhar mais humanizado tanto para aqueles que cumprem medidas socioeducativas como para os que cometem infrações na internet com a divulgação de vídeos.

Roberta Rosa Ribeiro defendeu a Justiça Restaurativa dentro de uma perspectiva mais ampla, indo além do acordo. Ela apresentou o Projeto Degase, que vem sendo realizado pela Coordenadoria de Mediação, Métodos Autocompositivos

e Sistema Restaurativo (Cemear), do MPRJ, e pelo Degase. “Os principais desafios são pensar nas escolhas dos adolescentes a serem atendidos pela equipe, efetuar mais atendimentos e encaminhar as demandas apresentadas junto ao MPRJ e ao Degase, como relatos de tortura e saúde mental.”

A força-tarefa Degase, criada em julho de 2021, foi destacada pela promotora Fernanda Sodré. Ela explicou que o grupo foi a resposta às denúncias de abusos sexuais na unidade feminina Professor Antonio Carlos Gomes da Costa, e a conclusão do trabalho se deu em agosto de 2022, com o afastamento e prisões de agentes autores de violência institucional. Também foi desenvolvido, com o Cemear, o projeto-piloto de atendimento às famílias das adolescentes vítimas, além de escaneamento da unidade realizado pelo Dedit.

Na unidade masculina Escola João Luiz Alves, 21 agentes socioeducativos e quatro diretores foram afastados, por suspeita de serem autores de violência institucional. Houve recomendação para mudanças estruturais na unidade, após serem identificadas irregularidades e denúncias de tortura – que resultaram na suspensão cautelar do serviço público de 30 agentes.

Fernanda explicou que, após o fim da força-tarefa, foi criado um Grupo de Trabalho no MPRJ para tratar dos casos de violência institucional em reuniões mensais e elaboração de formulários sugestivos de atendimento dos adolescentes.

A violação dos direitos de crianças e adolescentes na internet foi abordada pela promotora Rosana Cipriano. Ela ressaltou que crianças e adolescentes são produtores e consumidores de conteúdo, e o controle é muito difícil. Rosana citou alguns termos em voga na internet que podem provocar problemas jurídicos, como o “sharenting” (postagens excessivas de imagens dos filhos); o “sexting”, compartilhamento de nudes; e o “grooming”, que é o assédio virtual a menores de idade. Ela defende a orientação e o esclarecimento aos jovens sobre as consequências da divulgação dessas imagens. ■



Heloisa Carpena fez a mediação da mesa sobre proteção de dados

## Decisões judiciais defendem a proteção de dados

Debatedores falaram sobre os riscos da tecnologia para os cidadãos

por  
**LÚCIO SANTOS**

A proteção de dados e as ações na Justiça sobre o tema foram objeto do debate mediado pela procuradora de Justiça aposentada Heloisa Carpena. Ela lembrou a ação civil pública movida pelo Idec, em São Paulo, em defesa dos direitos dos consumidores, devido à instalação no metrô da capital paulista de câmeras escondidas para captar expressões de usuários com o objetivo de direcionar publicidade. Anterior à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), resultou na condenação da empresa em R\$ 100 mil e na proibição de que o mesmo sistema fosse usado novamente.

Para Marina Garrote, representante da Data Privacy Brasil, essa ação teve um efeito educativo, pois estabeleceu-se que as empresas não podem usar sistemas escondidos dos cidadãos, mesmo sob a alegação de que as imagens não eram reconhecíveis nem tinham a intenção de utilizar dados pessoais dos usuários do metrô. Ela também ressaltou o alinhamento com o Ministério Público e a Defensoria de São Paulo, entre outros órgãos.

O procurador de Justiça Guilherme Martins afirmou que “a tecnologia da informação hoje se aproxima do que foi a eletricidade no início do século passado”. Para ele, “combinar bases de reconhecimento facial com microdrones pode levar a uma força letal sem precedentes”. Embora os algoritmos muitas vezes sejam usados para melhorar o mundo, precisamos estar atentos. “Não existe dado inocente. Eles servem para a formação de perfis, para tornar possível conhecer e relacionar uma massa de informações sobre uma pessoa”, disse.

Na opinião da procuradora de Justiça aposentada Lúcia Teixeira, “saímos de um regime material para um regime digital”. Ela comentou a decisão do Supremo Tribunal Federal na análise conjunta da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6649 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 695. As ações alegavam que o Decreto 10.046/2019 da Presidência da República, que dispõe sobre a governança do compartilhamento de dados, geraria uma espécie de vigilância massiva e representaria controle inconstitucional do Estado.

Para ela, “o relator, ministro Gilmar Mendes, foi muito enfático na decisão, nos direitos dos titulares e nas finalidades do compartilhamento, usando a técnica conforme a Constituição”. Com a decisão, o Cadastro Base do Cidadão, que compartilharia com a Abin os dados de 76 milhões de brasileiros com a Carteira Nacional de Habilitação não será mais possível sem a criação de uma legislação específica para esse fim.

## Programa municipal tem cinco eixos

A coordenadora técnica de Proteção de Dados da Secretaria de Governo e Integridade Pública da Prefeitura do Rio, Ana Paula Vasconcellos, explicou que “o Estado fica espremido entre a utilização cada vez maior dos dados e a proteção de dados pessoais”. Ela apresentou o Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais, composto de cinco eixos principais: Compreender o Problema, Gerenciar os Riscos, Criar e Revisar Normativos, Elaborar Instrumentos, e Sensibilizar e Capacitar.

A prefeitura tem uma rede de encarregados de dados, com 56 servidores, abrangendo todos os seus órgãos. Também tem um canal de comunicação, o 1746, onde o cidadão pode obter informações sobre dados. Ana Paula acrescentou que já foi criado o Conselho Municipal de Proteção de Dados Pessoais, com um terço de membros do Poder Público e dois terços da sociedade civil. No momento, as entidades da sociedade civil estão sendo convidadas a indicar seus representantes.

“Entendo que o Ministério Público é fundamental para nos trazer a visão das melhores práticas para que o Poder Público possa atuar no sentido de construir a confiança do cidadão no que se refere ao tratamento dos dados pessoais”, disse ela. ■



# MP e Prefeitura discutem melhores formas de proteger as mulheres

Medidas cautelares sem prazo podem prevenir crimes. Prefeitura criou rede de apoio às vítimas

por  
**LÚCIO SANTOS**

**A** eficiência das medidas de proteção à mulher vítima da violência doméstica foi tema do debate que contou com a participação de membros do Ministério Público e da secretária de Políticas e Proteção da Mulher da



### Membros do MP e da Prefeitura discutiram casos e possíveis soluções

muito mais resultado”. E, nesse caso, sugeriu que a medida não tenha prazo. “A lei não estabelece prazo”, disse.

A secretária de Políticas e Proteção da Mulher da Prefeitura do Rio, Joyce Trindade, afirmou que a maioria dos registros de violência doméstica na cidade é feito na zona Oeste, onde também há a maior parte dos casos de feminicídio.

Ela apresentou os muitos projetos da Prefeitura para proteger a mulher vítima de violência doméstica, como a Casa da Mulher Carioca, em Realengo e Madureira, onde as vítimas são acolhidas por psicólogos; o CEAM Chiquinha Gonzaga, no Centro, que atende à mulher em situação de violência; o Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher e o Espaço de Leite, ambos também em Madureira e Realengo; o Projeto Mulher Cidadã; o Cartão Mulher Carioca, auxílio financeiro de R\$ 400 mensais; o Órfãos do Feminicídio, auxílio do mesmo valor para quem tem a guarda provisória ou a tutela da criança; e o Cartão Move Mulher, de R\$ 24,50, equivalente a seis passagens de ônibus, para que a mulher possa ir aos lugares necessários para levar adiante a sua denúncia.

Joyce Trindade apresentou ainda outros projetos da secretaria, como o Novos Rumos, em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda; o Combate à Violência Obstétrica; o Mulher do Rio, para dar autonomia econômica às cariocas e que já conta com 21 mil inscritas; o Elas na Indústria; o Mulheres Trans de Negócios; o Qualifica Mulher, o Mulheres.Tec e o Circuito Carioca de Capacitação — todos para proporcionar independência financeira às mulheres.

Além disso, anunciou o lançamento da segunda edição do Mapa da Mulher Carioca e ressaltou a importância do Abrigo Sigiloso, um local seguro onde a mulher vítima de extrema violência doméstica pode ficar por um tempo até que consiga outro lugar para morar. ■

Prefeitura do Rio, Joyce Trindade. A mediação foi da procuradora de Justiça e coordenadora do CAO-VD do MPRJ, Carla Araújo.

Ela lembrou que o nome dado ao debate — “157 Descumprimentos Depois: Uma Análise sobre a Proteção da Mulher Vítima de Violência Doméstica Conferida pela Justiça” — é referência ao caso de uma mulher que relatou 157 descumprimentos de uma única medida protetiva!

A procuradora Patrícia Glioche disse que essa mulher foi vítima de cárcere privado e agredida várias vezes. Usou o botão do pânico, mas nada foi feito. Para ela, “a violência contra a mulher é uma questão estrutural e há uma desconfiança do sistema a respeito das denúncias”.

“É recorrente na investigação penal a mulher ser desacreditada” e “a medida protetiva é a melhor maneira de interromper o ciclo de violência e evitar o feminicídio”, acrescentou a promotora Isabela Jourdan.

### Medidas cautelares sem prazo

Único homem entre os debatedores, o procurador Walberto Fernandes de Lima disse que “temos de parar de pensar que a questão da violência doméstica é um assunto feminino”. Para ele, da mesma forma que a maioria dos autores de crimes sexuais foi molestada na infância, os homens violentos contra as mulheres presenciaram cenas semelhantes quando crianças na sua família.

Ele lembrou que “a violência doméstica chega à mídia quando há o feminicídio, mas a violência doméstica cotidiana começa na ameaça, no falar ríspido, no pegar no braço da mulher com força”. Ressaltou que, “às vezes, a cautelar dá

# Fraudes nos combustíveis provocam perdas de R\$ 159 bilhões em impostos

Setor é fundamental para a arrecadação do Estado e só com cooperação institucional será possível coibir fraudes

por  
**YURI MURTA**

**P**romotores de Justiça, representantes do Instituto Combustível Legal (ICL), da Ipiranga e da TechBiz Forense Digital abordaram no Congresso da Amperj as vultosas e recorrentes fraudes no mercado de combustíveis, em uma sessão de sala lotada. Todos concordaram que só com cooperação e parcerias entre instituições públicas e privadas é possível coibi-las. Segundo o ICL, o combate a essas fraudes poderia gerar o vultoso montante de R\$ 159 bilhões em arrecadação tributária no Brasil, em dez anos.

A promotora Karine Susan afirmou que “o setor de combustível é crucial para a arrecadação financeira do estado do Rio de Janeiro através do ICMS”. Segundo ela, os crimes de sonegação e fraudes ocorrem com a formação de verdadeiras organizações criminosas que capturam servidores públicos em esquemas de corrupção.

Fabiano Cossermelli, que atua no Gaeco e participou de investigações na área nos últimos anos, afirmou que mais de 7 milhões de litros de



gasolina deixaram de ser tributados, gerando prejuízo financeiro de difícil recuperação judicial. Ele relatou que 79 pessoas foram presas por crimes ambientais, estelionato e organização criminosa.

Carlo Faccio, do Instituto Combustível Legal (ICL), alertou que as perdas tributárias do estado devido a essas ilegalidades foram estimadas em R\$ 14 bilhões, só em 2020. “Isso corresponde a 15% da arrecadação efetiva”, disse. O ICL é um fórum permanente de discussão e proposição de iniciativas, visando a combater o comércio irregular, promover esclarecimento do setor e restabelecer a concorrência leal, por meio de prevenção, fiscalização e conscientização.

Representante da Ipiranga, Bárbara Cristina Pessoa Câmara criticou a mudança regulatória chamada “bomba branca”, que flexibiliza a venda de gasolina nos postos, permitindo a comercialização de combustíveis de diferentes distribuidores. Ela também apontou uma considerável queda nas fiscalizações e autuações por irregularidades. “O mercado requer uma presença fiscalizatória efetiva, dada a complexidade do seu estabelecimento e a criatividade maléfica de maus agentes”, afirmou.

O diretor comercial da Techbiz, Rafael Velasquez, destacou a importância da tecnologia na fiscalização e na investigação de fraudes, casos de corrupção e sonegação fiscal. Segundo ele, há uma complexidade gerada por um grande volume de informações. ■



Debate de alto nível de promotores com ICL, Ipiranga e Techbiz lotou sala no evento



Helena Rego, do Sebrae: Brasil reduziu de 152 dias para 23 horas a abertura de empresas



## Formalização das microempresas é resultado da desburocratização

Para o Sebrae, participação do Ministério Público ajudará a acelerar a abertura de empresas no Rio

por  
**YURI MURTA**

**O** debate sobre “O Papel do Ministério Público na Desburocratização das Micro e Pequenas Empresas” teve a participação de representantes do Sebrae e da Firjan, e foi mediado pela promotora de Justiça e coordenadora do CAO Cidadania do MPRJ, Marcela do Amaral. A redução no tempo para abrir uma empresa e a facilidade na regularização foram os principais temas da discussão.

Segundo a representante do Sebrae, Helena Rego, mais de 14 milhões de brasileiros saíram da informalidade, ao aderir aos programas Microempreendedor Individual, MEI Caminhoneiro, Microempresas, Pequenas Empresas, Produtor Rural Pessoa Física e Agricultura Familiar.

Ela destacou que a redução do tempo para abrir uma microempresa é um dos principais motivos para esse sucesso. “Hoje, no Brasil, são 23 horas, em média, para se abrir uma empresa com atividade de baixo risco. Quando entrei no Sebrae, em 2004, falávamos em 152 dias.” Mas, para melhorar ainda mais, ela pediu a colaboração do Ministério Público para atuar em municípios conectados à Redesim e ajudar na obtenção da taxa zero para MEI, dispensa de licença e alvará, fiscalização orientadora e CNPJ como número único.

A representante da Firjan, Tatiana Abranches, destacou o papel da cadeia de cidades que vêm trabalhando em conjunto para acelerar e melhorar os projetos para os novos empresários brasileiros. Ela salientou que 97% das empresas do Rio de Janeiro são micro e 83 dos 92 municípios do estado já aderiram à simplificação. ■



Alexandre Bianchini, da Águas do Rio, ressaltou a necessidade de unir o trabalho do público com o privado

## Debate aborda o futuro do saneamento básico no Rio de Janeiro

Águas do Rio pretende participar da limpeza da Baía de Guanabara e da Lagoa Rodrigo de Freitas

por  
**YURI MURTA**

O novo Marco Legal do Saneamento foi debatido por representantes da Águas do Rio, Agenesra e BNDES, sob a mediação do promotor Murilo Bustamante, que destacou a urgência da união de diversas áreas para que as metas sejam atingidas. Um dos principais pontos citados foi a necessidade de o MP e outros órgãos fiscalizadores combaterem juntos ações criminosas, como o roubo de água da empresa de abastecimento e a venda do produto sem comprovação de qualidade.

O presidente da Águas do Rio, Alexandre Bianchini, explicou a atuação da empresa no fornecimento de água e esgoto das zonas Sul, Norte e Centro do Rio. A companhia, que já operava em outras regiões do estado, pretende participar da limpeza da Baía de Guanabara e da Lagoa Rodrigo de Freitas, bem como no abastecimento de água a outras regiões ainda não atendidas.

Bianchini ressaltou a necessidade de unir o trabalho do público com o privado, uma vez que a meta do novo marco é garantir o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% com tratamento e coleta de esgoto até 31 de dezembro de 2033. “O investimento necessário é de R\$ 750 bilhões em 12 anos. Isso não será possível se for apenas investimento privado ou se for apenas investimento público. Urge a necessidade da união de ambos”, disse.

O presidente da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenesra), Rafael Carvalho de Menezes, afirmou que “um dos objetivos principais é trazer total transparência de tudo o que é feito através da agência reguladora”. Ele citou alguns dos projetos em andamento, como investimento em inovação; parceria com a Coppe/UFRJ para acompanhar a despoluição da Baía de Guanabara; criação da controladoria e de um centro de inteligência regulatória; capacitação através de uma escola de regulação; e um aplicativo para a ouvidoria, em busca de contato mais fácil e direto do usuário e da concessionária.

O gerente jurídico de Estruturação de Parcerias do BNDES, Bruno Belsito, apresentou a linha de acordos que o banco oferece para o setor. ■



Manoel Murrieta, líder da Conamp, ao lado de Cláudio Henrique no Congresso

## Reunião da Conamp debate ações para o desenvolvimento

Representantes de associações estaduais do MP, do BNDES e Sebrae discutiram temas relevantes

por  
**YURI MURTA**

O Congresso da Amperj foi anfitrião da 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Conamp, entidade que reúne 16 mil promotores e procuradores de Justiça de todo o país. O presidente da

Amperj, Cláudio Henrique Viana, agradeceu a presença dos representantes das associações e do presidente da Conamp, Manoel Murrieta, e destacou o trabalho associativo feito pela entidade.

“Costumo dar o testemunho todo dia da importância da Conamp para o Ministério Público brasileiro e da liderança dessa diretoria, que está sendo o maestro do trabalho associativo brasileiro”, afirmou.

Além de presidentes de associações estaduais de todo o país e da diretoria da Conamp, a reunião contou com a participação do procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Luciano Mattos, e de representantes do Sebrae e do BNDES.

Luciano Mattos ressaltou a importância do retorno do Congresso Estadual da Amperj e da reunião da Conamp no Rio. “Esse resgate é fundamental para o nosso Estado. Ao resgatar o Congresso Estadual, a Amperj traz uma renovação da necessidade de nos encontrarmos, de debatermos ideias e termos relevantes para nossa classe.”

### BNDES e Sebrae

O superintendente da Área Jurídica Institucional do BNDES, Marcelo Simon, destacou o interesse do banco em programar trabalhos em conjunto com a Conamp. “Com pessoas que conhecem o setor, pensando junto com o banco, facilitará muito para destravar

os investimentos e possibilidades de novas rendas para os estados”, disse.

A coordenadora do Núcleo de Simplificação na Área de Políticas Públicas do Sebrae, Helena Rego, apresentou os projetos com a Conamp e as associações locais. “Os promotores de Justiça são muito bem-vindos nessa agenda de simplificação”, disse.

A Lei da Liberdade Econômica facilitou a formalização dos microempreendedores individuais (MEI). Para ela, “o Ministério Público pode auxiliar com a implementação da taxa zero para o MEI, dispositivo que está na lei”. Citou também a dispensa de alvará para atividades de baixo risco e o CNPJ como número único. “É fundamental essa parceria para todos. Já temos 20 estados com algum tipo de aproximação do Sebrae com o MP”. ■

## Colégio de Diretores de Escolas do MP debate cursos e convênios

O Congresso Estadual da Amperj recebeu também a reunião do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP) com os Institutos de Educação.

O encontro teve como principais tópicos convênios para cursos entre as duas instituições, a discussão sobre ofertas de cursos de Filosofia, de Direitos Humanos e de pautas ligadas à formação de integrantes do Ministério Público.

Os anfitriões foram o diretor do IERBB/MPRJ (Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro), Leandro Navega, e o conselheiro fiscal da CDEMP e presidente da Femperj, Sávio Bittencourt.

A reunião teve a participação de integrantes das instituições estaduais ligadas à CDEMP e à Enamp (Escola Nacional do Ministério Público). Foram representados os estados de Mato Grosso, Roraima, Rio Grande do Sul, Amapá, Maranhão, Goiás, Tocantins, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

## Associados celebram evento de sucesso

Coquetel encerrou com descontração evento com 300 pessoas no Hotel Fairmont Rio de Janeiro Copacabana





1. Associados na área externa
2. Uma selfie para marcar o momento
3. A nova geração com a diretora social
4. Adriana Vital, Maria Cristina, Claudia Perlingeiro e Inês Andreiuolo
5. Parte da diretoria: Gláucia, Claudia, Cláudio Henrique, Rogerio e Felipe celebram o evento
6. Promotoras de diferentes concursos se divertem na festa





ESPECIAL  
Congresso  
2022

Para Emerson Garcia, as visões sobre direitos variam de acordo com o desenvolvimento dos países

## Encerramento sobre a dignidade da pessoa humana

Emerson Garcia tratou da história dos direitos humanos em sua palestra de encerramento

por  
**LÚCIO SANTOS**

A dignidade da pessoa humana foi o tema da palestra de encerramento do Congresso da Amperj, proferida pelo promotor de Justiça Emerson Garcia. Ele lembrou que o movimento dos direitos humanos começou a se intensificar após a Segunda Guerra Mundial, devido ao Holocausto. A ideia do documento da ONU foi criar uma base de valores universal. Com isso, afirmou, “a pessoa humana passou a ser protegida pela sociedade internacional”.

Mas segundo Emerson Garcia, “cada país tem uma ideia de dignidade humana diferente, que se forma em círculos civilizatórios, influenciada também pelos requisitos financeiros”. Para ele, não se trata de um conceito monolítico, e o que é considerado dignidade humana em um país rico é muito diferente das necessidades essenciais para a população de um país pobre.

Sobre o Brasil, com poucas décadas de democracia, Garcia disse que “50% da população não tem o Ensino Fundamental completo e é facilmente manipulada”. Ele acrescentou que “a nossa Constituição é pródiga na defesa dos direitos fundamentais, mas a maioria das famílias não consegue oferecer esses direitos aos seus filhos”. Ou seja, a Constituição estabelece direitos que não alcançam a realidade.

Para Garcia, a base de valores dos brasileiros não está refletida na Constituição, e a norma só é válida quando a coletividade a reconhece. “Se o povo é distante da ordem constitucional, ela não é reconhecida”, afirmou. ■

# Cava, o clássico espumante espanhol

Produção catalã consagrada foi selecionada e servida nas recepções do Congresso da Amperj

por  
**CARLOS BERNARDO ALVES AARÃO REIS**



Cavas são espumantes espanhóis elaborados pelo método dos vinhos de Champagne

No congresso da Amperj, houve duas recepções para conagração dos participantes.

Para acompanhar os diversos e variados acepipes e “finger foods” servidos, além de uma pequena seleção de vinhos tintos, optamos por servir duas Cavas espanholas, uma branca e uma rosé, por sua versatilidade e alta qualidade.

As Cavas são os espumantes espanhóis elaborados pelo mesmo método que os vinhos de Champagne, isto é, pelo método clássico com segunda fermentação em garrafa, e sempre compreendidas na denominação de origem protegida de mesmo nome.

A D.O.P. Cava exige que os espumantes sejam elaborados com segunda fermentação em garrafa e apenas de uvas autorizadas — no caso Macabeo, Xarel-lo, Parellada, Chardonnay (brancas), Pinot Noir, Garnacha, Trepat e Monastrell (tintas).

Dentre as principais uvas usadas, a Macabeu (chamada na Rioja de Viura) aporta aromas

cítricos e sutis notas de amêndoas; a Xarel-lo contribui com aromas florais e notas de pera e de melão; e a Parellada contribui com sua acidez alta e notas cítricas. Essas três uvas clássicas juntas criam um perfeito conjunto, com vinhos espumantes secos.

A Pinot Noir é comumente usada para Cavas rosadas e não raro sozinha.

Por outro lado, as Cavas podem ser produzidas em diversas regiões da Espanha, como Aragón, Castilla y León, Extremadura, Rioja, País Basco, Navarra, Valencia e, é claro, na Catalunha. Em verdade, 95% da produção de Cava se concentra no Penedès, Catalunha.

As Cavas servidas nas recepções oferecidas no Congresso da Amperj, de produtores catalães consagrados, foram Jaume Serra Brut N.V. (elaborado com as uvas Macabeo, Xarel-lo, Parellada) e Anna de Cordoniu Rose N.V. (Pinot Noir). Ambas foram sucesso no evento!

Saúde! ■



**Carlos Bernardo Alves Aarão Reis**

Promotor de Justiça  
WSET Level 3  
(Advanced)  
www.vinocult.net  
@carlosreis74

# Na pra te lei ra

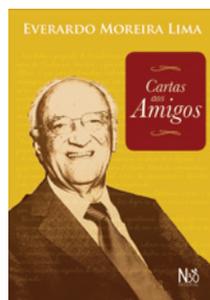
Confira os livros sobre temas de interesse do MP e de ficção

por  
**BRUNA XIMENES**



## “Elementos da Posse e da Propriedade”

A obra do promotor de Justiça Marcelo Moutinho Ramalho Bittencourt é baseada na primeira parte de sua tese de doutorado e aborda temas referentes à posse e à propriedade. O livro busca auxiliar agentes e estudantes de Direito nas tarefas do dia a dia forense, de modo a incentivar o debate e o aprofundamento na temática. **Editora:** Espaço Jurídico



## “Cartas aos Amigos”

O livro do procurador de Justiça aposentado e primeiro presidente da Amperj, Everardo Moreira Lima, é uma coletânea de mais de 300 cartas escritas para familiares, amigos e colegas ao longo de 30 anos. Nas cartas, o autor trata de temas importantes ao longo da vida, como família, viagens, literatura, cidadania e pós-verdade. **Editora:** N30 Editorial



## “Comentários à Nova Lei de Improbidade Administrativa”

O promotor Fabrício Bastos dialoga com a nova Lei de Improbidade, considerada veículo para uma nova fase judicial. Segundo o autor, a lei promove uma mudança radical, alterando o eixo axiológico da proteção: antes era o patrimônio público e agora passa a ser o próprio réu. O livro traz também a ideia de tutela de patrimônio público. **Editora:** Liber



## “A Defesa dos Direitos Humanos na Visão de Mulheres do Ministério Público”

Lançado no Congresso Estadual da Amperj, o livro reúne 45 artigos escritos por integrantes do Movimento Nacional das Mulheres do Ministério Público, entre as quais a promotora Érika Puppim, representando o MPRJ. Os textos foram reunidos com o propósito de demonstrar a importância da representatividade para a equidade de gênero. **Editora:** Tirant Brasil



## “Copacabana”

O romance de Marco Casanova, doutor em Filosofia e professor associado do Departamento de Filosofia da Uerj, se passa em dois anos fundamentais para o autor e para os personagens centrais do livro: 1980 e 2013. O recorte temporal movimenta amores, encontros e perdas. O bairro de Copacabana aparece como um personagem. **Editora:** Via Verita

# Sicoob Coomperj: expansão, novo diretor e produtos em alta

O **Sicoob Coomperj** encerrará 2022 com sentimento de missão cumprida. A cooperativa inaugurou quatro agências no Estado do Rio de Janeiro – **Niterói, Alcântara, Taquara e Catete** – e teve ainda uma reinauguração, o **TGMC**, no Centro do Rio. Seguindo o movimento digital, investe na inovação e promove a abertura de pontos físicos para estar mais próximo do seu cooperado. A entrada do novo diretor, Gustavo Saltiel, traz um olhar internacional para a atuação. E o destaque em produtos vai para Previdência e Consórcio, por conta do benefício fiscal.



Niterói



TGMC



Catete



Taquara



*"O digital é fundamental para o relacionamento com o nosso associado. Mas sem perder as nossas características próprias do contato olho no olho e do atendimento humanizado e consultivo, que são a nossa essência. Por isso, primamos também pela proximidade física para prestar um atendimento completo ao nosso cooperado".*

## Plano Multi-Instituído da Previdência do Sicoob.

Mais de **200 mil pessoas** planejando um futuro tranquilo. Conte com as vantagens do maior plano multi-instituído do país em número de participantes.

### Grande parte do seu salário vai para a boca do leão?

As despesas com previdência privada **PGBL** podem reduzir o valor de **até 12% dos rendimentos tributáveis do ano**.

Aproveite ao máximo o Benefícios Fiscal que o governo permite. Contrate gora mesmo pelo App Sicoob ou procure a sua Cooperativa

## O novo diretor Operacional do Sicoob Coomperj, Gustavo Saltiel, tem um olhar internacional sobre o cooperativismo financeiro.

*"Acredito muito nos sete princípios do cooperativismo financeiro. Fiz algumas imersões que me trouxeram olhares diferenciados, como o tecnológico no Vale do Silício; o de sustentabilidade com as fazendas compartilhadas de energia solar, na Alemanha, cujo modelo aplicamos no Brasil; além dos projetos de investimento social que levam educação para as populações e promovem o desenvolvimento regional. Vejo como as cooperativas podem aumentar a qualidade de vida das pessoas trazendo para elas uma cultura de negócios mais justos e humanos".*



**Investindo um pouco por mês, você realiza grandes planos.**



Conquistar o imóvel dos seus sonhos, comprar aquele veículo incrível, fazer um curso no exterior ou até uma cirurgia plástica: tudo isso fica bem mais fácil quando você conta com um **Consórcio do Sicoob**.

Escolha o plano que mais combina com as suas necessidades e adquira bens e serviços com praticidade, planejamento, segurança e sem juros. *E o melhor: sem entrada e com as vantagens do pagamento à vista.*



Congresso Estadual da  
Associação do Ministério  
Público do Estado do Rio  
de Janeiro

## OS DESAFIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FLUMINENSE NA ERA DIGITAL

A Amperj agradece o apoio e o patrocínio  
das empresas e instituições que tornaram  
possível a realização deste evento.  
**Muito obrigado!**



### APOIO



### PATROCÍNIO

